

2021

EDMUNDO MEDEIROS & ANDREIA SCAPIN

CURSO DE DIREITO

TRI
BU
TÁ
RIO

3ª EDIÇÃO

CURSO DE DIREITO

TRI

BU

TÁ

RIO

3ª EDIÇÃO

2021

EDMUNDO MEDEIROS & ANDREIA SCAPIN

CURSO DE DIREITO

TRI

BU

TÁ

RIO

3ª EDIÇÃO





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Andreia Cristina Scapin.
Copyright © 2018, Edmundo Emerson Medeiros.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

Medeiros, Edmundo
M488 Curso de direito tributário 2021 / Edmundo Medeiros, Andreia Scapin. - 3. ed. - Belo
Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
1116 p.

ISBN 978-65-5589-281-9

1. Direito. 2. Direito tributário. I. Scapin, Andréia. II. Título.

CDDir: 341.39

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



“Porque Ele vive, posso crer no amanhã”

Harpa Cristã n.545

Para Albertina, minha amada mãe.

Por Andreia Scapin

Para Sandrya.

Por Edmundo Medeiros

S U M Á R I O

PREFÁCIO.....	17	2. Hierarquia das normas no sistema jurídico.....	72
CAPÍTULO 1		2.1. A relevância da Constituição para o Direito brasileiro.....	75
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	21	3. O percurso evolutivo do sistema constitucional tributário e do Direito Tributário como disciplina autônoma no Brasil.....	78
1. Considerações iniciais: das pequenas comunidades às exigências do mundo globalizado.....	22	3.1. A origem do Direito Tributário italiano e sua influência sobre a formação do Direito Tributário brasileiro.....	90
2. Definição do conceito de Direito, o entrelaçamento das normas jurídicas e sua interpretação sistemática.....	25	3.1.1. A contribuição de Rubens Gomes de Sousa para a formação do Direito Tributário brasileiro.....	111
3. Definição e autonomia do Direito Tributário e sua aproximação com o Direito Administrativo.....	32	3.2. Sistema Constitucional Tributário comparado.....	113
4. A estrutura da norma jurídica e a norma jurídica completa.....	44	4. Fontes do Direito Tributário.....	117
4.1. A sanção e a coatividade do Direito.....	49	4.1. O Direito Tributário brasileiro e sua disciplina na Constituição Federal de 1988.....	122
4.2. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas.....	53	4.2. Emendas Constitucionais.....	125
5. Direito Positivo e Ciência do Direito.....	56	4.3. Lei complementar.....	135
6. Regra-Matriz de incidência tributária.....	61	4.4. Lei ordinária.....	144
CAPÍTULO 2		4.5. Medidas provisórias.....	146
SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	67	4.6. Decreto Legislativo.....	159
1. Definição de sistema.....	68	4.7. Tratados e convenções internacionais.....	159
		4.8. Resolução.....	168

4.9. Convênios.....	169
4.10. Decretos.....	171

CAPÍTULO 3

TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS 179

1. Considerações iniciais.....	180
2. Direitos fundamentais e limitações ao dever de tributar.....	181
3. O dever fundamental de pagar tributos.....	185
4. Estado fiscal na Constituição Federal de 1988.....	187
5. Dialética entre interesse fiscal e direitos fundamentais no sistema tributário italiano.....	193
5.1. Função fiscal no Estado democrático.....	199
5.2. Interesse fiscal.....	201
5.3. Princípio da Capacidade Contributiva.....	203
5.4. Princípio da Igualdade, proporcionalidade e progressividade.....	209

CAPÍTULO 4

DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE TRIBUTO E AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS NO DIREITO BRASILEIRO 213

1. Conceito constitucional de tributo e a definição do art.3º do CTN.....	214
2. Finalidade do tributo: fiscal, extrafiscal e parafiscal.....	229
3. Espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.....	232
3.1. Impostos.....	239

3.1.1. Princípio de capacidade contributiva.....	242
3.1.2. Classificação doutrinária dos impostos.....	252
3.2. Taxas.....	253
3.2.1. Taxas e preços públicos (tarifa).....	267
3.3. Contribuição de Melhoria.....	275
3.4. Empréstimos Compulsórios.....	280
3.5. Contribuições especiais.....	282
4. Conceito de tributo e espécies tributárias no Direito italiano.....	288

CAPÍTULO 5

NOÇÕES GERAIS SOBRE FEDERALISMO FISCAL 305

1. Introdução.....	306
2. Do Estado unitário ao Estado federal.....	308
3. O princípio federativo na Constituição Federal de 1988: federalismo cooperativo.....	314
4. Princípio federativo e tributação.....	318
5. Federalismo e normas gerais tributárias.....	324
6. Federalismo fiscal italiano e os princípios comunitários.....	327

CAPÍTULO 6

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 335

1. Panorama geral de competências.....	340
2. Características da Competência Tributária.....	350

CAPÍTULO 7

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 357

1. Introdução.....	358	1.3. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	414
2. Percurso evolutivo da disciplina das imunidades tributárias no Direito brasileiro.....	361	1.4. Princípio da Igualdade (isonomia).....	417
3. Natureza jurídica e conceito das imunidades tributárias.....	362	1.5. Princípio da Legalidade.....	419
4. Imunidade como cláusula pétrea.....	367	1.5.1. Princípio da estrita legalidade.....	427
5. Imunidades genéricas e específicas.....	370	1.5.1.1. O rol taxativo do art.97 do CTN.....	428
5.1. Imunidades genéricas	370	1.5.2. Princípio da legalidade em matéria tributária, a invalidade e anulação do ato tributário e o ressarcimento do dano causado.....	439
5.1.1. Imunidade recíproca (art.150, VI, alínea "a" da CF/88).....	372	1.5.2.1. A origem da norma geral <i>neminem laedere</i> e sua função normativa em matéria tributária.....	443
5.1.2. Imunidade dos templos de qualquer culto ou imunidade religiosa.....	384	1.5.2.2. Do dever de anulação do ato em autotutela.....	451
5.1.3. Imunidade dos partidos políticos e suas fundações, sindicatos dos empregados, entidades de educação e assistência social sem finalidade lucrativa.....	387	1.6. Princípio da Irretroatividade.....	464
5.1.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e seus impressos.....	391	1.7. Princípio da Anterioridade (art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da CF/88).....	469
5.1.5. Imunidades dos fonogramas e videofonogramas.....	395	1.8. Princípio da Uniformidade Geográfica.....	472
5.2. Imunidades específicas.....	396	1.9. Princípio do não-confisco.....	472
 		1.10. Princípio da liberdade de tráfego.....	473
CAPÍTULO 8		1.11. Princípio da Seletividade.....	473
LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR NO DIREITO BRASILEIRO		1.12. Princípio da não-cumulatividade.....	473
	399	2. Princípios da Administração Pública aplicáveis ao exercício da função fiscal.....	474
<hr/>		2.1. Princípio da impessoalidade (ou finalidade).....	474
1. Princípios tributários e administrativos disciplinados em âmbito constitucional e infraconstitucional	400	2.2. Princípio da eficiência (boa administração).....	476
1.1. Breves considerações sobre a noção geral de princípio.....	400	2.3. Princípio da moralidade.....	477
1.2. Princípio do Estado de Direito.....	411	2.4. Princípio da boa-fé objetiva.....	479
1.2.1. Teoria da Separação dos Poderes.....	411	2.5. Princípio da Razoabilidade.....	483
1.2.2. Princípio da Segurança Jurídica.....	413	2.6. Princípio da proporcionalidade.....	483

CAPITULO 9

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 489

- 1. Considerações iniciais.....490
- 2. Definição de obrigação tributária.....491
- 3. Espécies de obrigação tributária.....493
 - 3.1. Obrigação tributária principal - "DAR" dinheiro ao Estado.....494
 - 3.2. Obrigação tributária acessória - "FAZER ou NÃO FAZER".....497
- 4. Fato gerador da obrigação tributária.....499
 - 4.1. Parágrafo único do art.116 (LC n.104/01).....502

CAPITULO 10

SUJEITOS DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA 509

- 1. Considerações iniciais.....510
- 2. Sujeito ativo da relação tributária.....512
- 3. Sujeito passivo da relação tributária.....516
 - 3.1. Contribuinte e responsável nos termos da legislação tributária.....522
 - 3.1.1. Hipóteses de responsabilidade previstas no CTN.....525
 - 3.1.1.1. Responsabilidade tributária por substituição.....530
 - 3.1.1.2. Responsabilidade tributária por solidariedade.....543
 - 3.1.1.3. Responsabilidade dos sucessores (arts.129 a 133 do CTN).....551
 - 3.1.1.4. Responsabilidade de terceiros por ato ou omissão (arts.134 e 135 do CTN).....578
 - 3.1.1.5. Responsabilidade por Infrações Tributárias e Denúncia Espontânea (arts.136, 137 e 138 do CTN).....588

CAPITULO 11

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO: CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO FISCAL E ESPÉCIES DE LANÇAMENTO 601

- 1. Introdução.....602
- 2. Natureza jurídica do lançamento tributário.....603
- 3. Lançamento tributário: características.....607
 - 3.1. Elementos do lançamento tributário.....618
- 4. Espécies de lançamento tributário: de ofício, por declaração e por homologação (autolancamento).....623
- 5. Auto de infração.....629
- 6. Entendimentos consolidados do STF e do STJ (arts.543-B e 543-C do CPC/73) e efeito vinculante da consulta fiscal e das sentenças com trânsito em julgado.....630
- 7. Responsabilidade do Estado por omissão no exercício da autotutela fiscal.....635
 - 7.1. Autotutela tributária no Direito italiano.....646

CAPITULO 12

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 655

- 1. Introdução.....656
- 2. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....656
 - 2.1. Execução fiscal e atos praticados com exigibilidade do crédito tributário suspensa.....670
- 3. Extinção do crédito tributário.....673
- 4. Exclusão do crédito tributário.....697

4.1. Isenção	697
4.2. Anistia.....	706

CAPITULO 13

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 709

1. Introdução.....	710
2. Bloqueio de bens e penhora	712
3. Presunção de alienação fraudulenta e penhora on line.....	714
4. Fiscalização Tributária.....	724
4.1. A atividade fiscalizatória na Itália.....	727
5. Exequibilidade do crédito tributário	734
5.1. Ato de inscrição do débito em dívida ativa	735
5.2. Certidão negativa de débito fiscal.....	738
5.3. Execução Fiscal.....	740

CAPITULO 14

IMPOSTOS MUNICIPAIS 755

1. Imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU).....	756
1.1. Fato gerador	758
1.2. Momento da consumação	761
1.3. Local de consumação	762
1.3.1. Zona urbana e zona rural.....	763
1.4. Sujeição ativa e passiva	765
1.5. Base de cálculo e alíquota.....	766
2. Imposto sobre a transmissão de direitos sobre imóveis inter vivos (ITBI).....	768
2.1. Fato gerador	770
2.2. Momento da consumação	774

2.3. Local de consumação	774
2.4. Sujeição ativa e passiva	774
2.5. Base de cálculo e alíquota	775
3. Imposto sobre serviços (ISS).....	778
3.1. Fato gerador e momento de sua consumação.....	780
3.2. Local de consumação.....	791
3.3. Sujeição ativa e passiva	796
3.4. Base de cálculo e alíquota	798

CAPITULO 15

IMPOSTOS ESTADUAIS 805

1. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).....	806
1.1. Fato gerador e momento de sua consumação.....	807
1.2. Local de consumação	809
1.3. Sujeição ativa e passiva.....	815
1.4. Base de Cálculo e Alíquota	815
2. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação.....	817
2.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	820
2.2. Sujeição ativa e passiva	828
2.3. Base de cálculo e alíquota	829
3. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).....	842
3.1. Fato gerador, local e momento da consumação	848
3.2. Base de cálculo e alíquota	853
3.3. Sujeição ativa e passiva.....	861
3.4. ICMS sobre transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação.....	869

3.5. O impacto da LC n.160, de 07 de agosto de 2017 sobre a guerra fiscal entre os Estados brasileiros.....	873
3.6. Breves considerações sobre as atuais propostas de reforma tributária: PEC n.45/2019 e PEC n.110/2019.....	879
3.7. Breves considerações a respeito do Imposto sobre valor agregado (IVA) europeu.....	882

CAPÍTULO 16

IMPOSTOS FEDERAIS 887

1. Imposto sobre importação.....	888
1.1. Teoria do ingresso finalístico.....	892
1.2. Fato gerador, local e momento da consumação.....	894
1.3. Sujeição ativa e passiva.....	896
1.4. Base de cálculo e alíquota.....	897
1.5. Súmula n.70, 323 e 547 do STF e ressarcimento de danos.....	901
2. Imposto sobre exportação.....	903
2.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	904
2.2. Sujeição ativa e passiva.....	905
2.3. Base de cálculo e alíquota.....	906
3. Imposto territorial rural (ITR).....	909
3.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	910
3.1.1. Propriedade, domínio útil e posse.....	911
3.1.2. Zona urbana e zona rural.....	913
3.2. Sujeição ativa e passiva.....	916
3.3. Base de cálculo e alíquota.....	916
4. Imposto sobre operações financeiras (IOF).....	917
4.1. IOF nas operações de crédito.....	918

4.1.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	918
4.1.2. Sujeição ativa e passiva.....	920
4.1.3. Base de cálculo e alíquota.....	920
4.2. IOF câmbio.....	921
4.2.1. Fato gerador, local e momento da consumação.....	921
4.2.2. Sujeição ativa e passiva.....	921
4.2.3. Base de cálculo e alíquota.....	921
4.3. IOF operações com seguros.....	922
4.3.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	922
4.3.2. Sujeição ativa e passiva.....	923
4.3.3. Base de cálculo e alíquota.....	923
4.4. IOF operações de valores mobiliários.....	923
4.4.1. Fato gerador, local e momento de consumação.....	923
4.4.2. Sujeição ativa e passiva.....	923
4.4.3. Base de cálculo e alíquota.....	924
4.5. IOF operações com ouro como ativo financeiro.....	924
4.5.1. Fato gerador, local e momento da consumação.....	924
4.5.2. Sujeição ativa e passiva.....	925
4.5.3. Base de cálculo e alíquota.....	925
5. Imposto sobre produtos industrializados (IPI).....	925
5.1. Fato gerador, local e momento da consumação.....	927
5.2. Sujeição ativa e passiva.....	937
5.3. Base de cálculo e alíquota.....	938
6. Imposto sobre a renda.....	938
6.1. Introdução.....	938

6.2. Critérios da generalidade, universalidade e progressividade.....	942
6.3. Fato gerador e local de consumação.....	946
6.4. Momento da consumação.....	953
6.5. Sujeição ativa e passiva	959
6.6. Base de cálculo e alíquota	959
6.6.1. Alíquota.....	970
6.6.2. Adicional do IR.....	970
6.6.3. Regime de Caixa e Regime de Competência.....	971
6.6.4. Obrigações acessórias.....	971
6.6.5. Distribuição dos Lucros auferidos pela empresa (Lucro Presumido).....	972
7. Imposto sobre grandes fortunas.....	974

CAPITULO 17

CONTRIBUIÇÕES	979
1. Noções gerais.....	980
2. Espécies de contribuições.....	992
2.1. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	992
2.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDEs).....	993
2.3. Contribuição para o custeio da iluminação pública.....	1000
2.4. Contribuições sociais.....	1003
2.4.1. Contribuições do empregador, empresa ou entidade a ela equiparada.....	1007
2.4.1.1. Folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que lhe preste serviços.....	1009
2.4.1.2. Receita ou faturamento: CPRB, PIS/PASEP e COFINS.....	1013
REFERÊNCIAS.....	1065

P R E F Á C I O

Recebi com enorme felicidade o convite formulado pelos autores do livro, Andreia Scapin e Emundo Emerson Medeiros, para escrever o prefácio de sua nova obra. Muitos são os motivos para a minha alegria.

A autora e professora Andreia Scapin conheci durante o seu curso de doutorado; tive a honra de ser seu professor naquela oportunidade e ficou muito claro para mim a dedicação que a autora devotava à compreensão dos aspectos históricos da formação dos estudos tributários, o que a levou a diversas etapas de pesquisa na Itália, fonte direta de nossa cultura jurídica nesta seara. A Andreia tem essa virtude dos pesquisadores incansáveis e ávidos por entender os embates de ideias entre as principais biografias que construíram o que conhecemos hoje por direito tributário teórico: dos alemães aos brasileiros, passando pelos italianos.

Indispensável para a autora foi o seu doutoramento sanduíche, obtido junto à Universidade de São Paulo (USP) e à Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, além de sua especialização em Direito Tributário e mestrado em Direito Penal também pela USP. Registre-se, ainda, sua dedicação à cultura italiana também na obtenção do bacharelado em Letras com habilitação em língua e literatura portuguesa e italiana pela USP.

Por fim, ainda sobre a autora, fiquei muito orgulhoso ao ter notícia de sua aprovação em primeiro lugar (inclusive entre os candidatos italianos) para realizar uma pesquisa na Università degli Studi di Teramo sobre Processo de Harmonização das Normas Tributárias entre União Europeia e Mercosul, sob a perspectiva comparatística, o que lhe permitiu tornar-se assistente da professora Annalisa Pace, sua atual orientadora nesta fase acadêmica.

Já o autor Edmundo Medeiros, posso dizer, com orgulho, que o conheço há ainda mais tempo. Tive a oportunidade de atuar com ele

nos dois primeiros anos de minha jornada na advocacia tributária. Seu apetite por desafios logo o colocou a incluir na sua biblioteca em construção não apenas títulos de direito tributário, mas ainda os de direito econômico, o que o levou a buscar o título de mestre na Universidade de São Paulo junto com o titular desta disciplina, meu dileto amigo e colega, Prof. Gilberto Bercovici.

A facilidade e a paixão com que o meu amigo Edmundo transmite seus conhecimentos são notórias, o sabem seus alunos e seus colegas de magistério. Tive o privilégio de vivenciar isso ao incluir em um antigo programa de Direito Tributário que eu lecionava um ponto sobre processo administrativo e judicial e ao convidá-lo a expor todo o seu conteúdo aos meus alunos. Orientei-o a mesclar a abordagem teórica com toda a experiência prática e didática que já desenvolvera e que eu já admirava. Daquele longínquo ano, já se passaram vários em que o Prof. Edmundo tem formado turmas na graduação e na pós-graduação, além de acumular valiosa experiência em disciplinas de preparação de candidatos.

Reitero: a facilidade com que o Edmundo repassa seus sólidos conhecimentos é realmente extraordinária e já de muito conhecida por seus colegas de docência. Trata-se de talento refinado por muitos anos de magistério na prestigiada Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP), o que foi reconhecido inclusive pelos diversos convites para ser paraninfo ou professor homenageado. Tudo isso está plasmado nas páginas do livro que ora prefacio.

Pois bem, a soma das virtudes desses ainda jovens professores e pesquisadores acabou sendo registrada nas páginas que agora seguem.

Trata-se de um manual introdutório ao Direito Tributário, fruto da experiência pedagógica dos dois autores, que atuaram juntos na disciplina de Direito Tributário do Curso Damásio (já em 2008) e, ainda, em reiteradas turmas no Mackenzie.

Os anos de convívio nesta tarefa, a evolução de suas carreiras acadêmicas e a troca de experiências com os demais colegas e alunos permitiram que eles sintetizassem suas opiniões neste livro.

A obra tem o mérito de percorrer os principais temas da disciplina de maneira didática e sem desmerecer o apuro teórico típico de bons professores. Registre-se, inclusive, que a obra traz duas características marcantes. Em primeiro lugar, além do diálogo com os principais cursos e obras clássicas dos juristas brasileiros, os autores apresentam na bibliografia e nas notas de rodapé referências obtidas em textos especializados

sobre cada tema analisado, introduzindo o leitor à literatura mais técnica e específica. Em segundo, há forte diálogo com o direito europeu, notadamente italiano, a quem tanto devemos na formação teórica de nossos juristas fundadores e na base da nossa codificação tributária.

Faço o convite, portanto, ao leitor, para que conheça a obra desses jovens juristas e professores e obtenham dela a mesma paixão que eles devotam à pesquisa dessa nossa importante disciplina dogmática. Apresento os votos, ainda, de que a obra seja acompanhada de outras tantas de autoria desses meus queridos colegas.

São Paulo, agosto de 2018.

José Maria Arruda de Andrade
Professor da Faculdade de Direito da USP.

“Trata-se de um manual introdutório ao Direito Tributário, fruto da experiência pedagógica dos dois autores, que atuaram juntos na disciplina de Direito Tributário do Curso Damásio (já em 2008) e, ainda, em reiteradas turmas no Mackenzie.

Os anos de convívio nesta tarefa, a evolução de suas carreiras acadêmicas e a troca de experiências com os demais colegas e alunos permitiram que eles sintetizassem suas opiniões neste livro.

A obra tem o mérito de percorrer os principais temas da disciplina de maneira didática e sem desmerecer o apuro teórico típico de bons professores. Registre-se, inclusive, que a obra traz duas características marcantes. Em primeiro lugar, além do diálogo com os principais cursos e obras clássicas dos juristas brasileiros, os autores apresentam na bibliografia e nas notas de rodapé referências obtidas em textos especializados sobre cada tema analisado, introduzindo o leitor à literatura mais técnica e específica. Em segundo, há forte diálogo com o direito europeu, notadamente italiano, a quem tanto devemos na formação teórica de nossos juristas fundadores e na base da nossa codificação tributária.

Faço o convite, portanto, ao leitor, para que conheça a obra desses jovens juristas e professores e obtenham dela a mesma paixão que eles devotam à pesquisa dessa nossa importante disciplina dogmática. Apresento os votos, ainda, de que a obra seja acompanhada de outras tantas de autoria desses meus queridos colegas.”

JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE



ISBN 978-65-5589-281-9



9 786555 892819